



COVID-19: considerações sobre a possibilidade de transmissão fecal-oral

Pesquisadores da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Estações de Tratamento de Esgoto Sustentáveis (INCT ETEs Sustentáveis), liderado pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), reuniram-se em 09/04/2020 para alinhar o entendimento mais recente sobre a ocorrência do novo coronavírus no esgoto e as eventuais implicações sobre a saúde humana. A reunião foi motivada pela repercussão da nota técnica publicada pelo INCT ETEs Sustentáveis em 27/03/2020 (intitulada “COVID-19 e o Saneamento no Brasil”), na qual foi expressa preocupação em relação a eventuais riscos de disseminação do novo coronavírus SARS-CoV-2 (Covid-19) no ambiente e riscos de infecção entre profissionais que atuam no setor de esgotamento sanitário e entre a população que não possui acesso a infraestrutura de saneamento básico adequada.

Nesse contexto, entendemos ser importante trazer esclarecimentos complementares acerca dos riscos de exposição ao novo coronavírus em tais circunstâncias e alinhar as ações mais importantes relacionadas ao setor de saneamento frente a este contexto:

1. O foco principal na prevenção da disseminação da Covid-19 continua sendo o de seguir as recomendações preconizadas pelas autoridades de saúde, de praticar o isolamento social e lavar as mãos (com água e sabão), várias vezes ao dia. Isso porque o sabão propicia a destruição do envelope lipídico do vírus, promovendo sua inativação. Nesse sentido, reforça-se a premente necessidade de que o poder público disponibilize água em quantidade suficiente para toda a população, notadamente para a parcela que vive em situação mais vulnerável e desprovida de serviços de abastecimento de água ou de regularidade na oferta deste serviço.
2. Devem ser tomadas medidas emergenciais para garantir que pessoas em condição de vulnerabilidade tenham acesso à água em quantidade que permita a higiene pessoal. Esse grupo inclui pessoas em situação de rua, assentamentos informais sem acesso à água, presídios e asilos em que vivem idosos de baixa capacidade econômica.



3. Embora o novo coronavírus tenha sido encontrado em amostras de fezes e de esgoto em outros países, não existem evidências científicas de que, nas situações descritas, o vírus encontrado esteja viável e infectivo, – ou seja, capaz de causar a doença, seja pela transmissão via fecal-oral (pela ingestão do vírus) ou por sua inalação através de aerossóis que contenham gotículas de fezes ou esgoto.
4. Pelo exposto, não existem suficientes evidências científicas de que a via de transmissão fecal-oral para a Covid-19 tenha alta relevância. Avaliações quantitativas elaboradas indicam que o risco desta rota de transmissão tenha baixa probabilidade.
5. As recomendações mais assertivas em relação à baixa possibilidade de transmissão do vírus a partir das fezes e do esgoto continuam sendo direcionadas aos trabalhadores que atuam no setor de esgotamento sanitário. Estes não devem abrir mão da utilização de equipamentos de proteção individual (EPI), seguindo as medidas de proteção e segurança já adotadas como padrão para essas atividades, as quais são eficazes na proteção contra o novo coronavírus disseminado por aerossóis e outros patógenos presentes no esgoto.
6. Como medida protetiva contra uma série de doenças, e visando não sobrecarregar as unidades de saúde, os prestadores de serviço de abastecimento de água devem monitorar seus processos de cloração e garantir concentrações mínimas de cloro residual nas redes de distribuição, conforme preconizado na Portaria 05 do Ministério da Saúde, de 03/10/2017.
7. Nesse momento, é importantíssimo reforçar a solidariedade e a colaboração entre os diferentes grupos dedicados à pesquisa no Brasil, no sentido de aumentar o compartilhamento de informações, expertises e soma de esforços para responder às muitas perguntas científicas que a pandemia do Covid-19 vem impondo. Estas questões incluem o tempo de viabilidade e o potencial de infectividade do vírus no esgoto, em condições tropicais encontradas no nosso país, e a forma como poderia ocorrer a disseminação em assentamentos com populações de baixa renda e elevada aglomeração humana, como vilas e favelas. Nesse sentido, pesquisadores do INCT ETEs Sustentáveis/UFMG e da Fiocruz estão em entendimento para o desenvolvimento de mapas epidemiológicos da ocorrência do SARS-CoV-2 no ambiente.

Este documento foi produzido em 9 de abril de 2020.

Contato: Coordenadoria de Comunicação Social da Fiocruz (ccs@fiocruz.br)